



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638539 - SP (2021/0001096-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDRE APARECIDO SOARES LEME (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRE APARECIDO SOARES LEME em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 0010196-43.2020.8.26.0482).

O paciente foi condenado a uma pena de 20 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão em regime inicial fechado, pela prática de 3 crimes de roubo majorados, tipificados no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

Narra a impetrante que o paciente formulou pedido de progressão de regime ao semiaberto após ter descontado lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo. Todavia, o Juízo de primeiro grau indeferiu a progressão sob o fundamento da gravidade abstrata dos crimes praticados e a longa pena ainda por cumprir. Interposto agravo em execução, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a decisão que negou ao paciente o direito de progredir de regime é carente de fundamentação idônea.

Ressalta que o histórico prisional do paciente revela que é merecedor da benesse perseguida, pois apresenta bom comportamento carcerário, já cumpriu o lapso temporal necessário para a progressão e as faltas graves foram devidamente reabilitadas. Ademais, existe exame criminológico favorável à progressão de regime.

Requer, liminarmente, a progressão do paciente ao regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para cassar o acórdão atacado e promover o sentenciado ao regime semiaberto de cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente